Programa Visión Amazonía - Instrumento Financeiro Verde REDD Early Movers (REM) II

BANCO AGRARIO DE COLOMBIA

OUTUBRO DE 2025

VISÃO GERAL

O foco deste estudo de caso é o programa REDD[1] Early Movers (REM) II da Visión Amazonía. Por meio de um acordo com o Banco Agrario de Colombia e com o apoio do Fundo para a Biodiversidade e Áreas Protegidas (*Fondo Patrimonio Natural*), o mecanismo financeiro do Programa REM da Visión Amazonía, a iniciativa busca promover o crescimento financeiro verde como forma de conservar a região amazônica e mitigar os impactos das mudanças climáticas. O Programa REM II da Visión Amazonía é uma iniciativa multilateral entre os governos da Colômbia, da Alemanha, do Reino Unido e da Noruega com o objetivo de reduzir o desmatamento na Amazônia colombiana.

Os instrumentos financeiros concebidos no âmbito do REM Visión Amazonía são implementados em parceria com o Banco Agrario de Colombia. Destinam-se a pequenos produtores agrícolas, proporcionando financiamento para investimentos em sistemas produtivos na região amazônica que promovam a modernização, competitividade, sustentabilidade e conservação florestal.

Com base no REM I (2020-2023), o REM II (2023-2026) concentra-se na transformação de pontos críticos de desmatamento ativo em Hubs de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (NDFyB). Esses centros têm como objetivo fazer com que as comunidades consigam interromper o desmatamento e, ao mesmo tempo, melhorar sua qualidade de vida por meio do uso sustentável de produtos florestais madeireiros e não madeireiros.

REDD Early Movers (REM I) (2020-2023)

O programa REM I marcou a primeira fase da cooperação financeira entre os governos da Noruega, do Reino Unido e da Alemanha, por meio do Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW), e o governo da Colômbia. Essa fase foi implementada no âmbito do Programa Visión Amazonía, liderado pelo Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia, com o Fondo Patrimonio Natural encarregado da execução financeira.

[1] Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD)

O REM I tinha como objetivo reduzir o desmatamento na região amazônica, incentivar a conservação florestal e promover modelos de produção sustentáveis. Por meio do mecanismo de pagamentos baseados em resultados chamado Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), o programa reconheceu conquistas comprovadas na redução das emissões associadas à perda de cobertura florestal.

Durante essa fase, mais de 12.000 famílias de pequenos produtores se beneficiaram das intervenções do programa. Um total de 318.644 hectares foram colocados sob acordos de conservação e mais de 1,2 milhão de hectares foram submetidos ao manejo florestal sustentável, estabelecendo as bases para um modelo de desenvolvimento rural de baixo carbono na Amazônia colombiana.

REM II (2023-2026)

O REM II representa a segunda fase desta iniciativa multissetorial. Foi lançado pelos governos da Colômbia e da Alemanha, por meio do Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW), com o apoio dos governos da Noruega e do Reino Unido. Na Colômbia, o programa é implementado sob a liderança do Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, através do Programa Visión Amazonía.

O objetivo é reconhecer e compensar os primeiros resultados na redução das emissões decorrentes do desmatamento e da degradação florestal por meio de pagamentos baseados em resultados, promovendo simultaneamente o financiamento verde e a conservação da floresta amazônica.

O programa visa transformar seis pontos críticos de desmatamento ativos em Hubs de Desenvolvimento Florestal e Biodiversidade (NDFyB), fornecendo apoio técnico e financeiro a pequenos produtores, comunidades rurais e povos indígenas. Por meio da promoção de práticas agroambientais sustentáveis, o programa contribui para as metas nacionais da Colômbia em matéria de clima e biodiversidade.

O acordo entre o implementador financeiro do REM II, *Fondo Patrimonio Natural*, e Banco Agrario de Colombia, foi elaborado para facilitar o acesso ao crédito verde para pequenos produtores rurais da região amazônica no âmbito do Programa Visión Amazonía. O acordo constitui um instrumento financeiro baseado em resultados, no qual a compensação de capital está diretamente ligada ao cumprimento de compromissos de conservação e manejo florestal sustentável.

Nos termos deste acordo, o implementador financeiro do REM II atua como administrador e canal para os recursos internacionais fornecidos pelo Governo da Alemanha (através do KfW), com cofinanciamento da Noruega e do Reino Unido. Esses recursos são transferidos para o Banco Agrario para estabelecer um fundo de compensação de capital, que pode cobrir até 50% do valor do crédito concedido ao produtor, incluindo o custo da assistência técnica no local.

O Banco Agrario é responsável pela originação e gestão do crédito verde concedido a pequenos produtores individuais ou associados cujos projetos são considerados viáveis do ponto de vista técnico, financeiro e ambiental. O banco realiza a avaliação de crédito, desembolsa o empréstimo e aplica o incentivo de compensação de capital após verificar o cumprimento do acordo de conservação assinado. Essa verificação acontece aproximadamente sete meses após a originação do empréstimo, momento em que o incentivo é aplicado como uma redução do principal pendente, e não como uma subvenção para as parcelas mensais.

Após a Visión Amazonía valida os relatórios de conformidade e o *Fondo Patrimonio Natural* aprova os resultados, o Banco Agrario é autorizado a aplicar o incentivo de compensação de capital correspondente ao empréstimo do produtor. Essa estrutura cria um mecanismo financeiro inovador que integra a gestão de crédito ao desempenho ambiental verificado, promovendo a inclusão financeira rural e, ao mesmo tempo, avançando na conservação eficaz da região amazônica.

Figura 1. Fluxograma do REM II

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

O público alvo do REM II são pequenos produtores rurais localizados nos departamentos de Caquetá, Guaviare, Meta e Putumayo, que fazem parte dos Hubs de Desenvolvimento Florestal e Biodiversidade (NDFyB) definidos no programa. No âmbito do REM II, os 12 municípios atualmente priorizados estão localizados nos departamentos de Caquetá e Guaviare. Esses territórios são pontos críticos de desmatamento na Amazônia colombiana e constituem áreas de intervenção prioritárias para a promoção do desenvolvimento rural sustentável e de baixo carbono.

Os beneficiários elegíveis incluem produtores individuais ou associados envolvidos em atividades produtivas sustentáveis que contribuem para a conservação florestal e a redução do desmatamento. As atividades elegíveis incluem:

- Produtos florestais não madeireiros, principalmente a colheita e o cultivo de açaí (*Euterpe oleracea*).
- Plantações florestais compactas e/ou regeneração natural assistida.
- Sistemas agroflorestais com culturas como cacau, borracha, pupunha, cupuaçu ou cacay.
- Aquicultura amazônica utilizando espécies nativas.
  Reconversão pecuária por meio da implementação de sistemas silvipastoris sustentáveis.
- Infraestrutura produtiva e obras de gestão hídrica destinadas a melhorar a produtividade e a sustentabilidade dos sistemas financiados.

Cada pedido de crédito apresentado ao Banco Agrario de Colombia deve especificar a atividade ou o conjunto de atividades elegíveis a serem implementadas na propriedade do beneficiário. Um único produtor pode ter acesso a mais de um empréstimo, desde que os projetos sejam distintos, tecnicamente viáveis e apoiados por fontes de repagamento independentes.

Como pré-requisito, todos os tomadores de crédito devem assinar um Acordo de Conservação, que condiciona o acesso ao benefício de compensação de capital ao abrigo do Instrumento Financeiro Verde (IFV). O acordo determina que:

“O acesso ao benefício de compensação de capital ao abrigo do Instrumento Financeiro Verde (IFV) está condicionado à assinatura e cumprimento deste acordo voluntário, que garante a conservação de um mínimo de 10 hectares de floresta natural, o controle do desmatamento e a implementação de sistemas agroambientais sustentáveis dentro das áreas de conservação existentes na minha propriedade, a fim de prevenir a degradação de ecossistemas estratégicos, manter os serviços ecossistêmicos, a conectividade ecológica e as prioridades de conservação em termos da paisagem.”

O cumprimento deste acordo é verificado pelo Programa Visión Amazonía por meio de prestadores de serviços de extensão agrícola que realizam visitas técnicas e relatórios de monitoramento de campo. Posteriormente, o Fondo Patrimonio Natural valida os resultados de conservação e autoriza o Banco Agrario a aplicar o incentivo de compensação de capital, que é implementado como uma redução no principal do empréstimo pendente.

Essa estrutura de elegibilidade e conformidade reforça a natureza baseada em resultados do Instrumento Financeiro Verde (IFV), alinhando os incentivos financeiros com conquistas ambientais verificadas em conservação, restauração e gestão sustentável dos recursos naturais na Amazônia colombiana.

FONTES DE FINANCIAMENTO E CONDIÇÕES COMERCIAIS

O Instrumento Financeiro Verde (IFV) no âmbito do REM II é implementado por meio de um acordo de compensação de capital assinado entre o *Fondo Patrimonio Natural* (o mecanismo financeiro do REM II da Visión Amazonía) e o Banco Agrario de Colombia. O objetivo desse acordo é facilitar o acesso ao crédito verde para pequenos produtores rurais da região amazônica.

O arcabouço é financiado por meio de doações concedidas pelo governo da Alemanha, por intermédio do Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW), com apoio dos governos da Noruega e do Reino Unido. Esses recursos são administrados pelo *Fondo Patrimonio Natural*, que atua como mecanismo financeiro do REM II, transferindo os fundos de incentivo ao Banco Agrario para aplicação após a verificação do cumprimento dos acordos de conservação.

Nos termos do acordo, o REM II comprometeu-se a disponibilizar um total de 6,3 bilhões de pesos colombianos (equivalente a USD 1,46 milhão[2]) exclusivamente para cobrir a remuneração principal dos empréstimos que atendessem às condições ambientais do programa. Esses recursos foram transferidos ao Banco Agrario por meio de seis desembolsos programados.

O Banco Agrario de Colombia, como instituição financeira executora, origina o crédito verde para pequenos produtores rurais, assume todo o risco de crédito e aplica o incentivo de redução do principal assim que a Visión Amazonía verifica o cumprimento dos compromissos de conservação.

Com base nos recursos comprometidos, o acordo tem um potencial total de empréstimo de COP 16,3 bilhões (equivalente a USD 3,77 milhões[3]). Em 31 de outubro de 2025, COP 15,304 bilhões (equivalente a USD 3,54 milhões[4]) haviam sido desembolsados, representando mais de 90% da execução. Um total de 686 produtores rurais se beneficiaram do instrumento, com um crédito médio de COP 22,4 milhões (equivalente a USD $5,182[5]). Do total da carteira desembolsada, 95% corresponderam a projetos de reconversão pecuária e os 5% restantes a aquicultura amazônica, produtos florestais não madeireiros, plantações florestais e sistemas agroflorestais.

Os empréstimos são concedidos em até COP 25 milhões (equivalente a USD 5.784[6]) por beneficiário e podem financiar despesas tanto de capital de giro quanto de investimento, de acordo com a natureza do projeto. O prazo do empréstimo está alinhado com o ciclo produtivo da atividade financiada, com um prazo máximo de 36 meses para capital de giro e até 15 anos para capital de investimento.

[2] Taxa de câmbio média no ano civil de 2023, segundo a ferramenta de taxas de câmbio históricas da Investing.com.
[3] Taxa de câmbio média no ano civil de 2023, segundo a ferramenta de taxas de câmbio históricas da Investing.com.
[4] Taxa de câmbio média no ano civil de 2023, segundo a ferramenta de taxas de câmbio históricas da Investing.com.
[5] Taxa de câmbio média no ano civil de 2023, segundo a ferramenta de taxas de câmbio históricas da Investing.com.
[6] Taxa de câmbio média no ano civil de 2023, segundo a ferramenta de taxas de câmbio históricas da Investing.com.

O incentivo ambiental consiste em uma redução do crédito principal de até 50% do valor do empréstimo, sujeita à verificação do cumprimento do Acordo de Conservação. A compensação máxima por produtor é de COP 9,5 milhões (equivalente a USD 2,198[7]), aplicada em uma única parcela durante o sétimo mês após o desembolso, uma vez que o relatório de conformidade técnica tenha sido validado pela Visión Amazonía e aprovado pelo *Fondo Patrimonio Natural*. O incentivo é aplicado diretamente ao saldo principal pendente, reduzindo assim a dívida total, e não as parcelas mensais.

Do ponto de vista operacional, o fluxo do incentivo funciona da seguinte maneira: a Visión Amazonía, por meio de seus prestadores de serviços de extensão agrícola, realiza visitas de assistência técnica e monitoramento para verificar tanto o uso do crédito quanto os compromissos de conservação. Com base nesse relatório, o Mecanismo Financeiro REM II (*Fondo Patrimonio Natural*) autoriza o Banco Agrario a aplicar a redução do principal correspondente. Essa estrutura estabelece uma ligação direta entre o desempenho ambiental e o benefício financeiro, o que garante rastreabilidade e transparência ao longo do processo.

PARCERIAS TÉCNICAS E OPERACIONAIS

Tabela 1. Principais Partes Interessadas

Partes Interessadas	Papel
Governo da Alemanha (KfW)	Criador e principal financiador do Programa REDD Early Movers (REM) em nível global. Canaliza recursos financeiros internacionais para a Colômbia por meio do *Fondo Patrimonio Natural*, como parte da política alemã de pagamento baseado em resultados para a redução de emissões decorrentes do desmatamento e da degradação florestal (REDD+).
Governos do Reino Unido e da Noruega	Cofinanciadores internacionais do REM II, complementando as contribuições da Alemanha e apoiando a implementação da estrutura de pagamento baseada em resultados para a redução do desmatamento na Amazônia colombiana.
Fondo Patrimonio Natural - Fundo para a Biodiversidade e Áreas Protegidas	Mecanismo financeiro do Programa REM II da Visión Amazonía. Transfere incentivos de redução do principal ao Banco Agrario após a verificação do cumprimento dos acordos de conservação. Supervisiona a execução financeira do programa, enquanto a Visión Amazonía valida e autoriza a aplicação da compensação de capital. Além disso, coordena a assistência técnica no campo e comunica o progresso ao KfW.
Visión Amazonía (programa liderado pelo Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia)	Responsável pela implementação técnica e territorial do REM II. Coordena intervenções dentro dos Centros de Desenvolvimento Florestal e Biodiversidade (NDFyB), lidera a assistência técnica fornecida aos produtores por meio de prestadores de serviços de extensão agrícola e verifica o cumprimento dos compromissos de conservação no campo. Apresenta relatórios de conformidade técnica ao *Fondo Patrimonio Natura*l e utiliza dados do Sistema de Monitoramento Florestal e de Carbono (SMByC) gerido pelo IDEAM para validar os resultados ambientais.
Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais (IDEAM)	Autoridade nacional de Monitoramento, Relatório e Verificação (MRV) da Colômbia. Fornece dados oficiais sobre cobertura florestal, desmatamento e estoques de carbono por meio do SMByC, formando assim a base para a certificação dos resultados de conservação e repagamentos baseados no desempenho.

[7] Taxa de câmbio média no ano civil de 2023, segundo a ferramenta de taxas de câmbio históricas da Investing.com.

Tabela 1. Principais Partes Interessadas (continuação)

Partes Interessadas	Papel
Banco Agrario de Colombia	Instituição financeira executora do Instrumento Financeiro Verde (IFV) do programa REM II. Origina crédito verde a pequenos produtores rurais, gerencia a carteira de crédito, assume todo o risco financeiro e aplica incentivos de redução do principal, uma vez que a Visión Amazonía e o Fondo Patrimonio Natural validam o cumprimento dos acordos de conservação. Garante o acesso inclusivo ao crédito e promove modelos de produção sustentáveis.
Pequenos produtores rurais	Beneficiários diretos do programa que têm acesso ao crédito verde do Banco Agrario, implementam atividades produtivas sustentáveis e assinam o Acordo de Conservação, comprometendo-se a conservar pelo menos 10 hectares de floresta natural, evitar o desmatamento e adotar práticas agroambientais em suas propriedades. A elegibilidade dos produtores para o incentivo financeiro é determinada pelo seu desempenho ambiental.

ALINHAMENTO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS

O REM II, implementado por meio do Programa Visión Amazonía do Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (MADS), foi concebido para se alinhar estreitamente com as políticas públicas da Colômbia em matéria de conservação florestal, mitigação das mudanças climáticas e inclusão financeira rural.

Os resultados do programa contribuem diretamente para o cumprimento dos compromissos nacionais em matéria de clima e florestas, em coerência com a Estratégia Nacional REDD+ (ENREDD+), a Estratégia Integral de Controle do Desmatamento e Gestão Florestal (EICDGB) "*Forests: Territories of Life*" (Florestas: Territórios da Vida), a Estratégia de Crescimento Verde e Desenvolvimento de Baixo Carbono (ECV-DBC) e o Modelo Regional de Ordenamento Territorial da Amazônia (MOTRA).

O MADS, através da Visión Amazonía, lidera a coordenação institucional e a implementação técnica do programa, garantindo a consistência com os arcabouços políticos nacionais. O Fundo Patrimônio Natural atua como mecanismo financeiro, administrando os recursos de cooperação internacional fornecidos pelo KfW (Alemanha), Noruega e Reino Unido, e aplicando incentivos de conservação validados pela Visión Amazonía.

O Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais (IDEAM), por meio do Sistema de Monitoramento Florestal e de Carbono (SMByC), fornece os dados oficiais para Monitoramento, Relatório e Verificação (MRV) dos resultados do programa, garantindo a rastreabilidade técnica do progresso na redução do desmatamento e na conservação florestal.

Em nível territorial, o REM II apoia os governos locais e regionais na integração de metas de controle do desmatamento e desenvolvimento agroambiental sustentável em seus Planos de Desenvolvimento. Também fortalece a Região Administrativa e de Planejamento da Amazônia (RAP Amazonía) como plataforma de coordenação regional. Além disso, o programa promove a participação de institutos de pesquisa, associações de produtores e comunidades indígenas, fomentando a governança territorial participativa orientada para a conservação e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Amazônia colombiana.

ANÁLISE DO PROGRAMA REM II

1. Dimensão Amazônica

A Amazônia colombiana apresenta um ambiente operacional altamente desafiador devido ao conflito de longa data entre o governo e vários grupos armados, incluindo atores armados ilegais e organizações criminosas. A região continua economicamente subdesenvolvida, e muitos serviços públicos que são comparativamente avançados em outras partes da Colômbia não são facilmente acessíveis na região amazônica.

Os pequenos agricultores nos departamentos onde o programa opera, em termos gerais podem ser agrupados em três perfis de tomadores de crédito: (i) famílias camponesas que se estabeleceram em Caquetá e Guaviare durante as ondas de colonização do século XX e agora buscam fazer a transição da pecuária extensiva para sistemas de produção mais diversificados e com menor desmatamento; (ii) produtores indígenas e comunidades locais que operam em terras de propriedade coletiva; e (iii) associações de produtores e agricultores individuais que investem em agrossilvicultura (por exemplo, cacau, borracha, açaí), plantações florestais compactas ou assistidas, aquicultura amazônica e reconversão pecuária por meio de sistemas silvipastoris.[8]

As principais restrições financeiras na Amazônia colombiana incluem a insegurança fundiária e as barreiras colaterais associadas, os desafios de acesso físico e conectividade e os riscos relacionados a conflitos.[9] Os títulos coletivos sobre reservas indígenas e territórios afrodescendentes são inalienáveis e não hipotecáveis, o que limita seu uso como garantia e complicando os empréstimos garantidos padrão para produtores indígenas.[10] Muitos agricultores não indígenas também enfrentam acordos fundiários frágeis ou informais. A distância geográfica, a infraestrutura precária e o acesso limitado ao mercado aumentam os custos de transação e as assimetrias de informação, enquanto as lacunas na cobertura digital e nas redes de agências rurais persistem em comparação às áreas urbanas da Colômbia. Além disso, os atritos relacionados à segurança ligados a atores armados deprimem ainda mais o investimento privado.

2. Diferencial de Mercado e Inovação Financeira

ALINHAMENTO COM O GOVERNO NACIONAL

O desenho do Programa REDD Early Movers II (REM II) está alinhado com o quadro jurídico e de políticas climáticas da Colômbia, canalizando financiamentos baseados em resultados para os objetivos nacionais de redução de emissões e controle do desmatamento.

[8] Patrimonio Natural. “Términos de Referencia LPN VA II LPN 011-2024 Consultoría Firmas IFA”. Julho de 2024. https://www.patrimonionatural.org.co/wp-content/uploads/2024/07/TdR-LPN-VA-II-LPN-011-2024-Consultoria-Firmas-IFA.pdf

[9] Instituto Becker Friedman. “La economía de la deforestación: evidencia de la selva amazónica”. Março de 2021. Obtido de https://bfi.uchicago.edu/wp-content/uploads/2021/03/BFI_WP_2021-36.pdf

[10] Centro para la Investigación Forestal Internacional (CIFOR) e Centro Internacional para la Investigación en Agroforestería (ICRAF). “Reducción de las emisiones derivadas de la deforestación y la degradación forestal (REDD+): una revisión de la literatura”. Obtido de https://www.cifor-icraf.org/publications/pdf_files/infobrief/6902-infobrief.pdf

O programa contribui para a implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) atualizada da Colômbia, que estabelece uma meta de emissões de 169,4 $MtCO_2e$ até 2030 e um caminho para a neutralidade de carbono até 2050. Além do mais, o programa apoia a meta de desmatamento zero do país para 2030 e as reduções intermediárias estabelecidas no Plano Nacional de Desenvolvimento 2022-2026, "*Colombia: World Power of Life*" (Colômbia: Potência Mundial da Vida), relatando o progresso por meio da arquitetura nacional de Monitoramento, Relatório e Verificação (MRV).

O REM II opera dentro do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SINA), estabelecido pela Lei 99 de 1993, e de acordo com o Decreto 1076 de 2015 (Decreto Regulamentar Unificado para o Setor de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) e a Lei 1931 de 2018, que estabelece diretrizes para integrar a gestão das mudanças climáticas aos instrumentos de planejamento do desenvolvimento e do uso da terra.

Operar dentro de SINA implica que o REM II funcione de acordo com as regulamentações, instituições e procedimentos ambientais existentes. O programa coordena com as Corporações Autônomas Regionais da Amazônia (CARs), utiliza dados do Sistema de Monitoramento Florestal e de Carbono (SMByC) gerenciado pelo IDEAM, e se alinha às políticas, processos de licenciamento e salvaguardas do Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (MADS).

Por meio dessa integração institucional, os resultados do programa alimentam diretamente o sistema nacional de rastreamento de emissões e desmatamento, contribuindo assim para os objetivos climáticos e florestais da Colômbia e consolidando um modelo de inovação financeira verde orientado para resultados.

VANTAGEM COMPETITIVA

Além da taxa de juros preferencial disponível para os produtores, a principal vantagem competitiva do ponto de vista do tomador de crédito é a oportunidade de ter até 50% do principal do empréstimo e dos custos de assistência técnica associados cobertos por incentivos baseados no desempenho.

Do ponto de vista institucional do Banco Agrario, a participação de operadores de extensão agrícola no monitoramento e controle de investimentos oferece uma vantagem adicional. Essa coordenação técnica fortalece a rastreabilidade do crédito, melhora a supervisão em campo e apoia o desempenho da carteira e as taxas de reembolso, reforçando um modelo de crédito verde baseado em resultados.

O REM II foi concebido para operar em áreas de difícil acesso. O Manual Operacional do Programa (MOP) estabelece visitas de verificação presenciais e, quando necessário, virtuais, realizadas pela Visión Amazonía. O programa também inclui procedimentos diferenciados para implementação em territórios indígenas, reconhecendo as restrições de acessibilidade, permitindo o uso de transporte alternativo ou comunitário, incentivando a participação da comunidade no apoio logístico e garantindo o cumprimento dos protocolos de governança indígena, de acordo com a legislação nacional e os compromissos internacionais.

RECURSOS INOVADORES

O Instrumento Financeiro Verde (IFV) integra critérios ambientais e sociais ao processo de concessão de crédito. O acesso ao crédito está condicionado ao cumprimento do Acordo de Conservação, que vincula os benefícios financeiros do mutuário ao desempenho ambiental alcançado na propriedade. Os incentivos são aplicados por meio de mecanismos de redução do crédito principal com base no desempenho ambiental verificado, validado pela Visión Amazonía.

As informações sobre mudanças na cobertura florestal e redução do desmatamento utilizadas pelo REM II é obtido do Sistema de Monitoramento Florestal e de Carbono (SMByC), administrado pelo IDEAM, a fonte oficial de dados da Colômbia. O Monitoramento, Relatório e Verificação (MRV) em nível de programa, no entanto, é coordenado pela Visión Amazonía, com base nos dados do SMByC e em relatórios técnicos de campo elaborados por prestadores de serviços de extensão agrícola.

Assistência Técnica Abrangente.

Durante o primeiro ano de implementação do programa, os beneficiários recebem seis visitas de assistência técnica:

- **Visita 1:** Caracterização socioeconômica e avaliação da linha de base das condições produtivas e ambientais da propriedade.
- **Visita 2:** Mapeamento do sistema produtivo para identificar áreas de conservação, zonas de regeneração natural e áreas de uso produtivo.
- **Visita 3:** Controle dos investimentos e verificação do cumprimento do Acordo de Conservação.
- **Visitas 4-6:** Planejamento específico para a propriedade, monitoramento técnico e fortalecimento produtivo das atividades financiadas.

Essas visitas são realizadas por prestadores de serviços de extensão agrícola contratados pela Visión Amazonía, que preparam relatórios técnicos documentando os hectares sob conservação, regeneração natural e desempenho produtivo. Os relatórios são analisados e aprovados pela Visión Amazonía antes da autorização do incentivo financeiro pelo Banco Agrario.

Enfoque territorial e gestão de núcleos de desmatamento.

O REM II adota uma abordagem territorial focada nos Hubs de Desenvolvimento Florestal e Biodiversidade (NDFyB), priorizando áreas com alta pressão de desmatamento nos departamentos de Caquetá e Guaviare.

O programa concentra a assistência técnica e o crédito verde entre grupos de produtores localizados nos mesmos hubs, gerando efeitos de incentivo coletivo que promovem a conservação e a transição para modelos de produção sustentáveis. Essa abordagem ajuda a combater os fatores locais que levam ao desmatamento, melhorar o fornecimento de bens agroambientais, fortalecer as capacidades locais e gerar impactos positivos nos meios de subsistência em todos os territórios amazônicos.

3. Oportunidades e Desafios de Escalabilidade

OPORTUNIDADES DE EXPANSÃO

O programa demonstra forte potencial de expansão na Amazônia colombiana. Há uma demanda robusta e um *pipeline* de projetos bem desenvolvido, com alta adesão entre diversos perfis de tomadores de crédito, incluindo agricultores, produtores indígenas e associações de produtores. As estruturas de governança do programa, as parcerias institucionais e os sistemas operacionais estão bem estabelecidos, estando em vigor há quase uma década.

Através de uma estrutura inovadora, baseada em incentivos baseados no desempenho, critérios ambientais integrados e visitas regulares de assistência técnica, o programa apoia a conformidade e o impacto mensurável da conservação. A abordagem territorial, que visa pontos críticos de desmatamento e promove empréstimos coletivos combinados com assistência técnica, permite mudanças no uso da terra em grande escala. O apoio contínuo dos governos doadores aumentaria as perspectivas de expansão do programa e sua possível replicação em outros países.

Resultados do REM I.

No âmbito do Programa REDD Early Movers I (REM I), implementado através do Programa Visión Amazonía do Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (MADS), foram alcançados progressos significativos na conservação e produção sustentável em toda a região amazônica. Durante sua implementação, o programa apoiou o Inventário Florestal Nacional da Amazônia, promoveu o manejo sustentável da terra e fortaleceu a ligação entre a conservação florestal e o desenvolvimento produtivo rural.

Como resultado, 1.026 famílias de pequenos agricultores rurais se beneficiaram de empréstimos verdes emitidos pelo Banco Agrario de Colombia, totalizando COP 13.933.816.675 (equivalente a USD 3,22 milhões[11]). Esses investimentos apoiaram projetos produtivos sustentáveis em 35.940 hectares, dos quais 12.562 hectares foram designados como áreas florestais conservadas. Do crédito total desembolsado, 72% financiaram projetos de reconversão pecuária, contribuindo para a transição para sistemas silvipastoris sustentáveis e reduzindo a pressão sobre as florestas amazônicas.

Essas conquistas estabeleceram as bases para a segunda fase do programa, o REM II, que se baseia nos resultados do REM I para ampliar o alcance dos incentivos financeiros e de conservação, fortalecer o modelo de financiamento verde rural baseado em resultados e ampliar seu impacto para um conjunto mais amplo de produtores e territórios na Amazônia colombiana.

[11] Taxa de câmbio média no ano civil de 2023, segundo a ferramenta de taxas de câmbio históricas da Investing.com.

DESAFIOS DE ESCALABILIDADE

Do ponto de vista financeiro, o crescimento continua limitado pela dependência do financiamento de doadores e pelas complexidades de governança associadas a esses mecanismos de financiamento. A volatilidade da taxa de câmbio apresenta riscos operacionais e financeiros, podendo levar a atrasos na execução, aumento dos custos administrativos e redução do poder de compra dos recursos alocados. Esses riscos se intensificam à medida que o programa se expande territorialmente ou incorpora novos parceiros de implementação, aumentando a complexidade na gestão do orçamento e dos pagamentos.

No campo, o aumento do financiamento para a transição do uso da terra deve superar os altos custos de transação, especialmente em áreas remotas, bem como as barreiras à adoção de sistemas silvipastoris.[12] Os desafios de segurança relacionados a atores armados e criminosos em certos territórios amazônicos aumentam os custos operacionais e elevam o risco percebido do investimento.

Além disso, a gestão de risco da carteira é limitada por restrições colaterais. Títulos coletivos de propriedade não podem ser hipotecados, e a informalidade fundiária persiste entre as comunidades camponesas e indígenas. O programa também está exposto a dinâmicas mais amplas de uso da terra em departamentos como Meta, Caquetá, Guaviare e Putumayo.

Essas condições muitas vezes exigem maior assistência técnica, acompanhamento e esforços de verificação por dólar desembolsado.

4. Replicabilidade e Sustentabilidade Financeira

ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA

A experiência do REM II no âmbito do Programa Visión Amazonía oferece lições relevantes para outros países amazônicos, especialmente no que diz respeito à gestão de intervenções em territórios de alta complexidade. A replicação dessa abordagem exigiria uma forte liderança institucional por parte dos governos nacionais para coordenar entidades públicas, instituições financeiras e parceiros de cooperação internacional, bem como para mobilizar fontes diversificadas de financiamento. Dada a estrutura e a ênfase do programa, a sustentabilidade financeira de qualquer replicação dependeria de arcabouços mistos que reunissem recursos públicos, financiamento da cooperação internacional e, progressivamente, instrumentos financeiros escaláveis capazes de garantir a sustentabilidade a longo prazo.

INTEGRAÇÃO COMERCIAL

O Instrumento Financeiro Verde (IFV) no âmbito do REM II está estruturado como uma linha de crédito orientada para cadeias de valor compatíveis com a floresta, com foco em produtos comercialmente viáveis. Os tomadores de crédito investem em atividades produtivas com acesso a mercados estabelecidos ou emergentes que geram benefícios ambientais colaterais, particularmente em termos de conservação e uso sustentável da terra.

[12] Natureza. “El impacto de la conservación de los bosques en la biodiversidad de la Amazonía”. Obtido de https://www.nature.com/articles/s41598-023-39038-0

Esse foco setorial está explicitamente refletido na documentação do programa e nas comunicações públicas sobre crédito verde, ajudando os credores e produtores a compreender claramente as atividades elegíveis e acelerando o desenvolvimento do *pipeline*.[13] Alguns tomadores de crédito do REM II estão desenvolvendo negócios agrícolas comercialmente viáveis, com um empréstimo médio de aproximadamente COP 17 milhões (equivalente a cerca de USD 3,933[14]). Entre os exemplos estão produtos florestais não madeireiros, como o açaí, plantações florestais compactas, produção florestal por meio de regeneração natural assistida, sistemas agroflorestais (borracha, cacau, pupunha, cupuaçu, cacay), reconversão da pecuária por meio de sistemas silvipastoris e aquicultura amazônica para os mercados ornamental e alimentício. O desempenho desses produtores, que implementam projetos comercialmente viáveis e ambientalmente sustentáveis, demonstra o potencial de replicar essa abordagem em outros territórios com condições semelhantes.

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO MISTO

O REM II combina subvenções internacionais não reembolsáveis com capital de crédito doméstico, integrando duas fontes de financiamento complementares no âmbito do Instrumento Financeiro Verde.

Os fundos internacionais fornecidos pelos governos da Alemanha (através do KfW), da Noruega e do Reino Unido são administrados pelo *Fondo Patrimonio Natural* e são atribuídos exclusivamente para cobrir incentivos à redução do capital e assistência técnica associada a crédito verde.

O Banco Agrario de Colombia concede os empréstimos utilizando recursos do seu próprio balanço, de acordo com as suas políticas internas de crédito e gestão de risco. O incentivo à conservação é aplicado assim que a Visión Amazonía verifica o cumprimento dos compromissos ambientais acordados.

Esta estrutura permite alinhar os recursos da cooperação internacional, centrados em incentivos e verificação ambiental, com as principais operações de crédito do banco, ampliando assim o alcance do financiamento verde e facilitando a sua integração nas ofertas financeiras existentes.

Quando necessário, os produtores também podem acessar mecanismos públicos de garantia, como o Fundo Agropecuário de Garantias (FAG), que ajuda a reduzir as barreiras ao acesso ao crédito rural e fortalecer a inclusão financeira nos territórios amazônicos.

[13] Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. “Créditos Verdes: Una Apuesta Financiera para Transformar el Uso del Suelo en la Amazonía.” Obtido de https://visionamazonia.minambiente.gov.co/news/creditos-verdes-una-apuesta-financiera-para-transformar-el-uso-del-suelo-en-la-amazonia

[14] Taxa de câmbio média no ano civil de 2023, segundo a ferramenta de taxas de câmbio históricas da Investing.com.

5. Impactos Sociais, Ambientais e Climáticos

O REM II gerou evidências do progresso da conservação em nível nacional, com o apoio dos sistemas de monitoramento e rastreamento do programa. Entre 2019 e 2024, o Incentivo Florestal Amazônico (IFA) envolveu 3.390 famílias na proteção de 171.640 hectares de floresta natural.[15] Esses resultados comprovados fornecem evidências do potencial dos instrumentos econômicos, combinados com mecanismos de monitoramento, para lidar com as pressões do desmatamento e, ao mesmo tempo, gerar benefícios para as famílias rurais. O REM I contribuiu para uma redução do desmatamento na Amazônia colombiana de 144.000 hectares em 2017 para 44.000 hectares em 2023.[16] O REM II termina no próximo ano e encomendou uma avaliação de impacto independente.

Tabela 2. Impacto dos Programas REM I e REM II[17]

REM I (2020-2023)	REM II (2023-2026) (Dados até 31 de julho de 2025)

• 1.026 produtores alcançados (1.064 atividades financiadas no total), distribuídos da seguinte forma:
  ◦ 72% para reconversão de pastagens para pecuária
  ◦ 14% para atividades agrícolas
  ◦ 13% para atividades florestais
• COP 13,93 bilhões (equivalente a USD 3,22 milhões[18]) desembolsados
• Resultados de conservação
  ◦ 35.940 ha sob gestão
  ◦ 12.562 ha conservados
  ◦ 23.378 ha sob produção sustentável
	• Atualmente apoia 668 famílias (COP 15,3 bilhões desembolsados, o equivalente a USD 3,54 milhões[19]) com 39.787 hectares sob conservação.
	• Mudança sistêmica: ampliação do acesso a crédito viável em áreas de fronteira, integração da conformidade ambiental aos empréstimos rurais e fortalecimento de cadeias de valor compatíveis com a floresta.

6. Lições Aprendidas

O REM II gerou lições importantes sobre a implementação do Instrumento Financeiro Verde, particularmente na integração de componentes financeiros, técnicos e ambientais dentro de um modelo operacional unificado. A experiência do programa sugere que vincular benefícios financeiros a resultados ambientais verificados pode fortalecer o desenho de incentivos à conservação e apoiar a integração de considerações ambientais na gestão de risco do crédito rural.

[15] Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. "Cerró el Incentivo Forestal Amazónico (IFA) que Durante 6 Años Implementó REM Visión Amazonía". Obtido de https://visionamazonia.minambiente.gov.co/news/cerro-el-incentivo-forestal-amazonico-ifa-que-durante-6-anos-implemento-rem-vision-amazonia

[16] Patrimonio Natural. "Siete Años de Implementación de REM Visión Amazonía en Cifras". Obtido de https://www.patrimonionatural.org.co/siete-anos-de-implementacion-de-rem-vision-amazonia-en-cifras

[17] Informação fornecida pelo Banco Agrario de Colombia. Setembro de 2025.

[18] Taxa de câmbio média no ano civil de 2023, segundo a ferramenta de taxas de câmbio históricas da Investing.com.

[19] Taxa de câmbio média no ano civil de 2023, segundo a ferramenta de taxas de câmbio históricas da Investing.com.

As principais características do projeto incluem a incorporação de critérios ambientais nos processos de avaliação de crédito, o alinhamento com os sistemas nacionais de Monitoramento, Relatório e Verificação (MRV) e o acompanhamento técnico contínuo por meio de assistência no campo durante a implementação do projeto. O principal incentivo de redução de até 50% do valor do empréstimo, condicionado ao cumprimento do Acordo de Conservação, tem funcionado como um mecanismo eficaz para promover a adoção de práticas agroambientais sustentáveis e a conservação de áreas florestais naturais entre os pequenos produtores rurais.

Essas lições contribuem para a consolidação de um modelo de financiamento verde orientado para resultados e fornecem informações relevantes para a concepção de iniciativas futuras que busquem integrar objetivos de conservação com produtividade sustentável na Amazônia colombiana.

7. Análise FOFA

A análise FOFA abaixo foi preparada pela Magnitude Global Finance com base em pesquisa documental e consultas com representantes do Banco Agrario de Colombia. O conteúdo e as conclusões aqui apresentados refletem exclusivamente a análise e as opiniões da Magnitude Global Finance e não representam necessariamente as perspectivas da Visión Amazonía ou do *Fondo Patrimonio Natural*.

FORTALEÇAS

- **Capacidade institucional** para operar em territórios caracterizados por alta complexidade geográfica e socioambiental, ampliando o acesso a serviços financeiros rurais.
- **Abordagem orientada para resultados** que alinha incentivos financeiros com os objetivos ambientais do programa.
- **Modelo de Acordo de Conservação** que integra compromissos ambientais verificáveis, apoiados por mecanismos estabelecidos de monitoramento e supervisão.

FRAQUEZAS

- **Dependência atual** dos recursos da cooperação internacional para financiar a estrutura de incentivos baseada em resultados, destacando a necessidade de diversificar as fontes de financiamento a médio prazo.
- **Necessidade de reforçar** ainda mais os mecanismos de acompanhamento e verificação para monitorar a utilização dos recursos de crédito em atividades produtivas elegíveis.

OPORTUNIDADES

- **Identificação da demanda** nos territórios de intervenção e áreas adjacentes, criando oportunidades para a expansão gradual e direcionada do modelo.
- **Potencial para aprofundar** a integração dos produtores em cadeias de valor sustentáveis e mercados formais.

AMEAÇAS

- **Condições de segurança** variáveis em certos territórios amazônicos, o que pode afetar os custos operacionais e a implementação do programa.
- **Influência de fatores externos além do controle do programa,** como mudanças na dinâmica regional do desmatamento, que podem afetar os resultados agregados de desempenho sob a estrutura baseada em resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa REDD Early Movers II (REM II) fornece evidências e lições relevantes sobre a implementação de um modelo de financiamento verde orientado para resultados que integra a conservação florestal com a promoção de meios de subsistência sustentáveis na Amazônia colombiana. Ao vincular incentivos financeiros a resultados de conservação verificados, o programa estruturou mecanismos que alinham o crédito rural com objetivos ambientais dentro de sistemas de monitoramento e verificação estabelecidos. A exigência de que cada beneficiário conserve pelo menos 10 hectares de floresta natural estabelece um limite mínimo de compromisso ambiental, enquanto a assistência técnica e os mecanismos de monitoramento de investimentos apoiam o cumprimento dos acordos e a implementação eficaz dos projetos financiados.

A estrutura do programa, que combina recursos de doações internacionais, capital de crédito, assistência técnica contínua e monitoramento sistemático, provou ser operacionalmente viável no contexto amazônico e demonstra potencial de replicação. O REM II incorpora mecanismos operacionais diferenciados para áreas remotas, incluindo acordos flexíveis de prestação de contas, visitas técnicas no campo e procedimentos personalizados para territórios indígenas que respeitam as estruturas de governança locais e as restrições de acessibilidade. Essa abordagem territorial e baseada em grupos fortalece cadeias de valor sustentáveis e apoia a transição para modelos de produção agroambiental compatíveis com a conservação florestal.

De modo geral, o REM II fornece informações importantes para avaliar o potencial de ampliação e adaptação do modelo na Colômbia e em outros contextos amazônicos. Sua estrutura de governança interinstitucional, parcerias técnicas e integração de critérios ambientais nas operações de crédito rural oferecem uma estrutura de referência para iniciativas que buscam vincular o financiamento baseado em desempenho aos objetivos climáticos e florestais nacionais, em consonância com as metas de desenvolvimento ambiental, social e econômico de longo prazo do país.

Copyright © 2025 Banca de Desarrollo Territorial, Banco Agrario de Colombia S.A., Banco da Amazônia S.A., Banco de Comercio Exterior de Colombia S.A., Banco de Desarrollo Productivo SAM, Banco do Brasil S.A., Banco do Estado do Pará S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Caixa Econômica Federal, Corporación Andina de Fomento - CAF, Corporación Financiera de Desarrollo S.A., Corporación Financiera Nacional B.P., Corporación Nacional de Finanzas Populares y Solidarias, Financiadora de Estudos e Projetos, Financiera de Desarrollo Nacional S.A., Fondo para el Financiamiento del Sector Agropecuario - FINAGRO, Banco Interamericano de Desarrollo, Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento – Banco Mundial, y Suriname National Development Bank Ltd – NOB, denominados conjuntamente como "Membros da Coalizão Verde".

Esta obra está sujeita a licença Creative Commons CC BY 3.0 IGO. Devem ser cumpridos os termos e condições indicados em (https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/igo/legalcode), e deve ser dado o devido reconhecimento aos Membros da Coalizão Verde.

O estudo de caso foi desenvolvido por Magnitude Global Finance. As opiniões expressas nesta obra são dos autores e não refletem necessariamente as opiniões dos Membros da Coalizão Verde.